

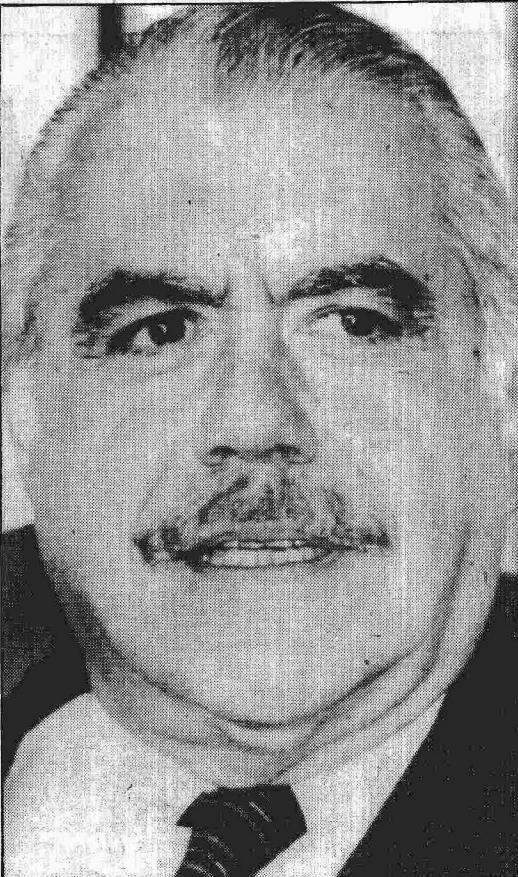
# O Congresso põe limites aos gastos de Sarney

O presidente José Sarney só vai poder gastar cerca de NCz\$ 7 bilhões até o último dia do seu mandato, 14 de março de 90. Mesmo assim, parte destes recursos já está comprometida com o custeio da administração direta (telefone, energia elétrica, água, combustível e outras despesas). Este é o saldo líquido do orçamento, depois de deduzidas despesas com encargos e amortização da dívida, transferências constitucionais para Estados e municípios, pagamento de pessoal e seguro-desemprego.

A limitação em NCz\$ 7 bilhões para custeio e investimento até o final do atual governo foi decidida pelo Congresso Nacional depois que apreciou a proposta orçamentária enviada pelo Executivo. De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o presidente Sarney só tem o direito de gastar um sétimo dos recursos líquidos do orçamento.

O relator da Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara, deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), considera "insignificante" o total destinado para custeio e investimento até 14 de março. Isto só vai permitir a continuidade de algumas obras que estão sendo realizadas, observou o deputado. O mesmo pensa o deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE). Ele acredita que o presidente da República terá muita dificuldade para gerir estes recursos e tocar as obras em andamento.

Somente com o pagamento da dívida do governo (externa e interna) o comprometimento do orçamento é de 45,90% do Produto Interno Bruto (PIB). O total do orçamento para 1990 representa 71,13% do PIB, considerada a proposta orçamentária a preços de maio deste ano. Os próprios deputados e senadores que aprovaram o orçamento já sabem que os NCz\$ 25 bilhões destinados a pagamento de pessoal durante o ano de 1990 são insuficientes. Eles também já estão prevendo um gasto com pessoal nos meses de janeiro, fevereiro e nos primeiros



Sarney: sobras e camisa de força.

quinze dias de março acima de um sétimo permitido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

## Poder

Mesmo com toda esta camisa de força imposta pela LDO ao próximo governo, o deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) questiona o poder do Congresso com a nova Constituição. Segundo ele, somente 3% do orçamento pode ser alterado pelo Legislativo. Tudo mais é proposto pelo Executivo com base nos compromissos constitucionais das verbas. Isto desmente, de acordo com Gasparian, a falácia de que foram ampliados os poderes do Legislativo. Nos assuntos econômicos isto não é verdade, disse ele.

Para que haja uma maior abertura no remanejamento de verbas pelos deputados e senadores, é necessário, na opinião de Gasparian, uma redução do volume de dinheiro comprometido com o pagamento de juros das dívidas interna e externa do governo. Ele lembrou que o Congresso norte-americano tem poder, até, para fechar consulados. Como aconteceu com o consulado dos EUA em Belo Horizonte. "O poder do Congresso brasileiro na área de orçamento ainda é o mesmo da ditadura: nenhum", concluiu Gasparian.

## Os números que limitam Sarney

(Em NCz\$)

Total do Orçamento/90	338 bilhões
Dívida	218 bilhões
Transferências Estados e municípios	13,7 bilhões
Despesas com pessoal	25 bilhões
Seguro-desemprego	4,3 bilhões
Líquido para custeio e investimento	77 bilhões
Líquido permitido para ser gasto pelo atual governo até 15 de março	7 bilhões

**Obs:** a única exceção de gasto além do previsto é com pagamento de pessoal, segundo o orçamento aprovado pelo Congresso.